

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE IRATI - DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Ana Paula Zaikievicz

Universidade Estadual do Centro Oeste
anapaulaz20@hotmail.com

Marisa Schneckenberg

Universidade Estadual do Centro Oeste
marisas@irati.unicentro.br

Resumo: Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada em duas escolas municipais da cidade de Irati-PR, a qual objetivou analisar como vem ocorrendo a participação da comunidade nas referidas escolas, em especial na APMF. Sabe-se que esta Associação visa a representação de pais, mestres e funcionários na administração da escola, então buscamos verificar como vem acontecendo a implantação e implementação deste órgão nestas instituições e quais os resultados deste trabalho.

Palavras-chave: escola, participação da comunidade, órgãos colegiados.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intenciona conhecer, descrever e interpretar os condicionantes internos da participação da comunidade escolar na gestão das escolas públicas municipais de Irati-PR. Trata-se de investigar o espaço constituído no universo escolar para o envolvimento dos pais dos alunos e da comunidade circundante no processo de tomada de decisão sobre os rumos do trabalho educativo desenvolvido na escola, especialmente no que se refere aos órgãos colegiados implantados para este fim, como Associação de Pais, Mestres e Funcionários. Para melhor compreensão organizamos o texto em partes distintas a fim de oferecer melhores condições de interpretação da temática abordada por parte do leitor.

QUESTÕES NORTEADORAS

Sabe-se que o contexto educacional brasileiro tem evidenciado significativo envolvimento no que se refere à gestão da educação, a qual vem superando um enfoque limitado de administração, de modo a viabilizar ações voltadas a mobilizar os sujeitos dinamicamente e coletivamente. A energia e competência destes tornam-se condições básicas e imprescindíveis para a melhoria da qualidade de ensino e para reformular a identidade da educação nacional e da gestão das escolas, ainda à espera de uma liderança clara, e competente, de um marco teórico metodológico de vanguarda e de um esforço de superação progressiva dos desafios ou dificuldades cotidianas.

A gestão da escola desenvolve, nesse sentido, uma característica de atuação que pretende organizar, mobilizar e articular condições materiais e humanas necessárias para efetivar o

avanço dos processos sócio-políticos-educacionais da instituição escolar. Assim, o significado de gerir a escola contempla a mobilização dos sujeitos na definição das metas educacionais e no posicionamento frente aos objetivos educacionais, sociais, políticos, em uma sociedade complexa. O aspecto pedagógico do ato educativo consiste, portanto, em formular objetivos sóciopolíticos e educativos e implantar modos de organização metodológica da educação, com o intuito de direcionar de forma consciente e planejada o processo educacional.

Elementos como a participação, o diálogo coletivo, a implantação de órgãos colegiados, são práticas que pressupõem uma gestão democrática e, conseqüentemente, uma escola gerida, de forma coerente e planejada. Conforme Bordenave (1994, p.14) “A participação popular e a descentralização das decisões mostram-se como caminhos mais adequados para enfrentar os problemas graves e complexos dos países em desenvolvimento”. Depreende-se daí que o sujeito desenvolve seu potencial pleno no grupo social que permite e facilita a participação de todos.

Para tanto, faz-se necessário um olhar para a escola numa perspectiva ampla, compreendendo que a cultura externa interage com uma cultura interna, que envolve o conjunto de significados e quadros de referência vivenciados pelos sujeitos que compõem a gestão da escola. Já a cultura externa é constituída pelas variáveis presentes no contexto da escola, que influenciam na definição da identidade dessa mesma escola. Assim sendo, pode-se entender “[...] a cultura não como um elemento de ligação, mas uma rede de movimentos, acrescentando assim, aspectos dinâmicos sob uma perspectiva interacionista de detrimento da visão organicista ou funcionalista.” (NUNES, 2000, p.24).

Tal estudo justifica-se, portanto, pelo entendimento da democracia e da participação enquanto princípios incontestáveis os quais constituem o marco teórico-prático da gestão educacional. Estes já se fazem presentes em diversos programas e projetos oficiais para a educação e permeiam as políticas educacionais, exigindo efetivo diálogo e avaliação de todos os sujeitos envolvidos, em seus diferentes níveis de implantação e implementação, na tessitura coletiva do projeto de trabalho educacional, pois, “[...] a democracia só se efetiva por atos e relações que se dão no nível da realidade concreta.” (PARO, 1997, p.18).

Conceber, uma gestão participativa na escola, exige um exame a partir do processo de descentralização do poder e da compreensão de autoridade que se tem no coletivo escolar.

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Esta pesquisa é de caráter qualitativo, a qual visa a subjetividade, ou seja, o relacionamento direto com o objeto da pesquisa. Optamos por realizar a pesquisa na abordagem fenomenológica, considerando o fato desta abordagem realizar a interpretação real dos fatos, visando compreender a essência do sujeito a ser pesquisado. A mesma, também exige o exercício da pesquisa interpretativa, a qual prevê a compreensão das ações, do movimento cotidiano da escola e do comportamento dos sujeitos pesquisados.

Seguindo esta mesma ideia Ludke (1986, p.24) nos aponta que “Ao retratar o cotidiano escolar em toda a sua riqueza, esse tipo de pesquisa oferece elementos preciosos

para uma melhor compreensão do papel da escola e suas relações com outras instituições da sociedade”.

A abordagem qualitativa, entretanto, fundamenta-se na existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, envolvendo uma interdependência viva entre o sujeito e objeto, e um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

Nesta pesquisa, o universo estudado, contempla o envolvimento de duas escolas públicas municipais de Irati-PR, sendo utilizado como critério para tal escolha, a existência de órgãos colegiados de gestão na instituição, bem como seu médio porte, segundo a classificação feita pela Secretaria Municipal de Educação – SME de Irati, as quais possuem entre 250 e 350 alunos matriculados.

A pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas, envolveu diálogo com diretores, coordenadores pedagógicos, professores, pais de alunos e demais membros da comunidade e integrantes dos órgãos colegiados das escolas.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados para a disseminação dos dados, ocorreram primeiramente com a pesquisa bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas, o período de vigência da pesquisa foi de 2009 a 2010.

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA.

Para falarmos em gestão democrática, órgãos colegiados e participação da comunidade nos espaços escolares faz-se necessário que discorramos brevemente o conceito de escola, pois é nesta instituição que precisa acontecer a democracia juntamente com as ações que visem o seu nascimento e seu fortalecimento junto a sociedade.

Podemos compreender segundo André, (2003, p.15) que a escola é um “[...] espaço social em que ocorrem movimentos de aproximação e de afastamento, onde se produzem e reelaboram conhecimentos, valores e significados”. Assim, podemos perceber que a escola é um local de formação de pessoas, por isso precisa ser um espaço de interação entre o conhecimento, a visão de mundo e de sujeito. Para que isso se concretize é necessário haver uma equipe preparada para auxiliar nesta organização e um planejamento que venha estabelecer as bases de funcionamento desta instituição.

Não podemos desconsiderar que a escola vem sendo cada vez mais necessária para a concretização de uma sociedade mais justa, democrática e humanizadora, possibilitando a todos, condições de uma vida digna, conhecimentos históricos e culturais, que permitam aos sujeitos, oportunidades de atuação na sociedade, não sendo seres passivos que por não terem condições, precisam aceitar tudo o que lhes é imposto.

No entanto, a escola precisa estar ciente de seu papel e de sua função como formadora de pessoas e de opiniões. Para Carvalho (2005) a sociedade está clamando por uma escola de mais qualidade e que ensine de forma mais qualificada seus filhos, para tanto, precisa de organização e de pessoas que tenham interesses e responsabilidades na organização do trabalho pedagógico.

Esta missão perpassa à equipe gestora ou pedagógica da escola, geralmente composta pelo gestor e pelo coordenador pedagógico. Estes têm como premissa de seus trabalhos, desenvolver mecanismos de gerir a escola, de acordo com suas necessidades e propósitos, considerando a necessidade de realizarem seus trabalhos dentro da gestão democrática, a qual mesmo sendo tema de muitos estudos, muitas vezes apresenta empecilhos para ser efetivada no dia-a-dia.

A implantação da gestão democrática nas escolas se justifica pelo fato de que apesar da equipe gestora ser a principal responsável pelo exercício de gerir a escola, ela não vem a ser a detentora do poder dentro da instituição, pois precisa trabalhar em conjunto com a comunidade escolar, professores, funcionários, alunos, pais, comunidade, em prol de uma instituição responsável e qualificada.

Para tanto, a gestão democrática se define como:

[...] uma expressão que ganhou corpo na literatura e contexto educacional, acompanhando uma mudança de paradigma em relação ao encaminhamento das questões educacionais. Essa mudança, em linhas gerais, é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas, nas decisões sobre a orientação e manejo de seu trabalho. Vale dizer que a gestão está associada ao fortalecimento da idéia de democratização do processo pedagógico, entendida como participação de todos nas decisões e respectiva efetivação das mesmas. (LÜCK, 1996, p.156).

A gestão escolar trabalha em grupo, zelando pela democracia e pela liberdade de expressão de cada sujeito presente na escola, assim ela rompe com a administração escolar, forma com que as escolas eram administradas anteriormente.

Esta possuía suas raízes na administração de empresas. Conforme Andriollo (2008, p. 15) “A administração escolar, durante décadas, seguiu de forma muito semelhante à administração de empresas, o que não contribuiu muito para que a escola cumprisse com o seu papel e objetivos pedagógicos, nem atendesse às necessidades educacionais de sua clientela”.

Entendemos que a gestão escolar não deve simbolizar apenas a mudança de nomenclatura da administração escolar, mas apresentar em seus princípios um novo pensamento, considerando a participação do coletivo, a visão do outro, e a partir disso, buscar desenvolver um trabalho voltado ao direito de expressão e de democracia no âmbito escolar.

Segundo Lück (1996) a gestão escolar vem sendo introduzida, trazendo em seu bojo não apenas a vontade de administrar a escola, mas embutindo nela ideias de promoção social, visando uma transformação da sociedade por meio da participação de todos, da práxis, da cidadania e do direito de todos colaborarem neste processo.

Para que isso aconteça, torna-se imprescindível, a participação da comunidade e a implantação dos órgãos colegiados, como Grêmios Estudantis, APMF, Conselho Escolar, os quais se tornam elementos cruciais para o exercício da democracia, da participação, da liberdade de expressão e da conquista da autonomia pela escola, sendo estas as principais características da gestão democrática. Por meio destes órgãos, em especial da APMF e do Conselho Escolar, a

comunidade externa da escola, tem a oportunidade de participar mais ativamente, contribuindo para a concretização de uma instituição democrática.

Sendo a participação e a democracia elementos de suma importância para a efetivação da gestão democrática, abordamos o significado destes conceitos, que se colocados em prática tornam-se subsídios para ao bom desenvolvimento da escola.

Por participação podemos entender “fazer saber; informar; comunicar; tomar parte em; partilhar; associar-se pelo sentimento; compartilhar” (LUFT, 2002, p. 504). Já se remetermos este conceito para a área educacional, Schneckenberg (2009, p. 122) a conceitua como a forma da comunidade poder opinar e decidir, por meio da autonomia e do compromisso de compartilhar forças, garantindo e proporcionando força e respeito ao papel de cada um, dentro da escola.

No entanto, Paro (1997, p. 16) nos enfatiza que:

A participação da comunidade na gestão da escola pública encontra um sem-número de obstáculos para concretizar-se, razão pela qual um dos requisitos básicos e preliminares para aquele que se disponha a promovê-la é estar convencido da relevância e da necessidade dessa participação, de modo a não desistir diante das primeiras dificuldades.

Sendo assim, faz-se necessário que a equipe gestora da escola tenha plena consciência destas dificuldades, se mobilizando para criar mecanismos de valorização da comunidade, bem como de elencar a importância da participação de todos os pertencentes da comunidade escolar, seja ela interna ou externa.

Cabe ainda salientar que não só a comunidade precisa participar da escola, mas a escola também participar da comunidade, desenvolvendo laços mútuos de colaboração, respeito e união. A comunidade precisa sentir que pode contar com a escola, assim como a escola precisa contar com ela. Paro (1997) entende que se não houver essa aproximação entre ambas, acontecerá o fracasso das iniciativas da gestão escolar em conquistar a confiança e a participação da comunidade.

Referindo-nos agora sobre democracia, podemos conceituá-la basicamente por “governo do povo, constituição do poder governamental através do voto popular” (LUFT, 2002, p. 202), mas como nosso interesse maior é compreendê-la dentro do contexto escolar, entendemos que esta se efetiva por meio da “gestão escolar; conselho de escola, associação de pais e mestres, grêmios estudantis e, eventualmente, eleição de dirigentes” (PARO, 2002).

Por meio destes órgãos é possível que a democracia seja consolidada no dia-a-dia escolar. Fazendo surgir uma escola portadora de uma política educativa democrática, que prima pelo melhor desenvolvimento da instituição, oferecendo melhores condições de aprendizagem aos alunos e ainda oportunizando a estes, um melhor desenvolvimento de criticidade e consciência, a fim de atuar nesta sociedade cheia de conflitos e estagnações. A democracia possibilita:

[...] a redefinição das formas de participação e de presença da comunidade na vida escolar através de mecanismos significativos de representatividade e de participação

política, fundamentados na transparência das decisões e na real possibilidade de interferência no processo de tomada de decisões. Trata-se do compromisso da comunidade com o desenvolvimento da gestão escolar (SCHNECKENBERG, 2009, p. 122).

Em síntese, podemos considerar que participação e democracia são indissociáveis e se juntas colocadas em prática, a escola só tem a ganhar, o que resultará na conquista de sua autonomia, fator de grande relevância para a escola ter voz e ser reconhecida diante da sociedade e dos órgãos superiores.

Souza (2002, p. 62) nos mostra que a “autonomia não pode ser encarada, portanto, como algo herdado ou adquirido, mas, fundamentalmente, como produto de processos inter-relacionais, capazes de propiciar à escola a criação de uma identidade própria”. Identidade esta que se concretiza por meio do projeto político pedagógico, o qual precisa ser elaborado e efetivado com a participação de toda comunidade escolar.

É mister entender a função dos órgãos colegiados, possibilitando que eles contribuam no desenvolvimento da escola, não restringindo suas práticas apenas a ações executivas como, participação em bazares, promoções, bingo, pagamento de mensalidade, que acabam suprimindo as dificuldades financeiras da escola. Nesse sentido Rocha (2006, p.9) acrescenta que:

[...] é preciso alforriar os órgãos colegiados escolares do compromisso de arcar com a responsabilidade da saúde financeira escolar. Não é essa a única razão de suas existências, ao contrário, eles podem e devem exercer inúmeras funções como: discutir com professores a situação profissional do professorado público, agir diante as dificuldades que a escola vive para adquirir materiais didáticos que auxiliam o ato pedagógico, entre outras. Ao Estado cabe suprir as escolas públicas de recursos pago pelo público. Só assim os colegiados [...] despertariam para a necessidade de buscar uma escola pública democrática, participativa e com qualidade pedagógica.

Implantar os órgãos colegiados nas escolas vai muito além de suprir as carências ocasionadas, pelo descompromisso dos órgãos públicos para com a educação, o que acaba resultando em programas apenas situacionais como o “amigos da escola”, o qual não apresenta nenhum compromisso no envolvimento da comunidade no que concerne o entendimento da escola, nos aspectos pedagógicos e de gestão, e sim apresenta uma ideologia que visa minimizar a omissão do Estado diante de seus compromissos.

Tal fato nos faz pensar que é mais que necessário rever a função dos órgãos colegiados, imbuindo em seus integrantes a consciência de seus papéis como disseminadores de críticas, lutas em prol de uma educação de mais qualidade, pois fica impossível a escola desempenhar um bom trabalho, sem ter boas condições institucionais para tal. Diante desse aspecto Paro (1997, p.12) afirma que:

Na medida em que conseguir a participação de todos os setores da escola – educadores, alunos, funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e seu funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e recursos. Hoje quando o diretor reivindica é fácil dizer-lhe ‘não’. Tomar-se-á muito mais difícil dizer ‘não’, entretanto, quando a reivindicação não for de uma

peessoa, mas de um grupo, que represente outros grupos e esteja instrumentalizado pela conscientização que sua própria organização propicia.

Um item bastante interessante desencadeado pelo autor, refere-se ao reconhecimento do grupo, quando alguma conquista é alcançada. Isso deve sempre acontecer e o principal meio disso ocorrer, é através da valorização e do reconhecimento destes colegiados. Essa é mais uma tarefa, da equipe gestora, à qual cabe desenvolver meios de valorização e reconhecimento da participação da comunidade, pois isso a torna mais participativa e ciente da importância de sua colaboração na construção de uma escola mais democrática e autônoma. Um exemplo disso é o tratamento igual a todos os pais, sendo de classe alta, média ou baixa, pois muitos se sentem excluídos da escola, por não terem condições financeiras de ajudar, ou por não ter formação, achando que sua participação não será significativa para a escola.

Vale mencionar ainda que não basta também, apenas permitir a participação da comunidade, é essencial observar as condições oferecidas para tal, de modo que todos se sintam acolhidos, reconhecidos, a fim de terem prazer em oferecer sua contribuição.

Como apontamos acima, o principal meio da escola se desenvolver dentro da gestão democrática e ser reconhecida como uma instituição democrática, autônoma, agregando forças para reivindicar seus direitos, é por meio dos órgãos colegiados: Conselho Escolar, APMF e Grêmios Estudantis.

Por Conselho Escolar, entendemos, segundo o Estatuto do Conselho Escolar, disponibilizado pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, órgão colegiado, composto por vários representantes da comunidade escolar, como: gestor, professores, funcionários, estudantes, pais, alunos e outros representantes da comunidade em geral. Estes têm como função, discutir sobre assuntos do funcionamento da escola, acompanhar a efetivação do projeto político pedagógico, avaliar as ações realizadas pela escola, e planejar ações a serem desenvolvidas tanto a curto, como a médio e longo prazo. Seus representantes são eleitos, mediante uma eleição direta, sendo que o presidente será o gestor da escola. O mandato tem duração de dois anos. Os encontros acontecem sempre em forma de reuniões, as quais podem ser ordinárias, que ocorrem uma vez por bimestre e extraordinárias que ocorrem sempre que houver necessidade, devendo ser comunicada aos participantes vinte e quatro horas antes.

Já a APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários) caracteriza-se por: [...] órgão de representação dos pais, mestres e funcionários do estabelecimento de ensino, sem caráter político, partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos não sendo remunerado os dirigentes e conselheiros, sendo constituído por prazo indeterminado. (PARANÁ, 2003).

Esta Associação tem como principais objetivos possibilitar a aproximação da comunidade com o trabalho desenvolvido pela escola, atuar juntamente com a gestão escolar nos aspectos gerais no que tange a função da escola, integrar-se com o Conselho Escolar, a fim de discutir juntos as necessidades da instituição, desenvolver ações que visem a conquista de melhorias na

Escola, atuando juntamente dos órgãos públicos, a fim de não deixar a Escola a mercê de seus direitos. O número de integrantes desta Associação não apresenta limitação, e seus componentes podem ser classificados em: efetivos (pais ou responsáveis, mestres e funcionários da escola), colaboradores (ex-alunos, pais de ex-alunos, ex-professores, ex-funcionários e membros da comunidade em geral), honorários (pessoas indicadas pelos membros efetivos, que prestaram algum tipo de colaboração à escola ou à associação). O mandato também dura por dois anos e as eleições são realizadas de forma direta.

Já o Grêmio Estudantil segundo O Estatuto do Grêmio Estudantil, disponibilizado pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, é um órgão representativo do corpo discente, o qual tem como premissa central de seu trabalho, representar os interesses dos alunos, auxiliar na implementação da democracia na escola, lutar pela boa relação entre professores, alunos, funcionários e equipe gestora, promover eventos ligados a cultura, literatura, esporte e artes aos alunos, oferecendo a esses melhores condições de permanência na escola. O período do mandato é de um ano após a posse e a forma de entrar no governo, é por meio de eleição direta entre os alunos.

Os três órgãos exercem funções de suma importância para o desenvolvimento da escola e exercício da gestão democrática. No entanto, nosso foco desse estudo, permeia observar como ocorre a participação da comunidade, nas escolas pesquisadas, apenas por meio da APMF, considerando ser este o órgão colegiado implantado na Rede Pública Municipal de Irati, no período da pesquisa, sendo assim, apresentamos a partir de agora a nossa coleta de dados, embasada numa análise dessa temática.

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NAS ESCOLAS MUNICÍPIAS DE IRATI-PR.

Como vem havendo muitas discussões sobre a importância da comunidade se envolver na escola, bem como a escola se envolver na comunidade, desenvolvemos nossa pesquisa em escolas, que apesar das dificuldades encontradas, lutam para encontrar meios de trabalhar em conjunto com a comunidade. Consideramos de grande importância, destacar os bons exemplos das práticas observadas nas escolas, a fim de não apenas apontar críticas ao trabalho que estas instituições desenvolvem, mas também ressaltar as tentativas de trabalho que estas vêm desencadeando.

Perguntamos primeiramente como ocorre a participação da comunidade nas duas instituições. Na escola A, fora nos respondido que: “a escola é uma equipe que tenta puxar os pais pra equipe também, então os pais vêm, eles participam ativamente de todas as atividades que a escola desenvolve, eles gostam e eles, eu acho que eles se sentem em casa na escola” (COORDENADORA PEDAGÓGICA, ESCOLA A).

Na escola B a gestora nos respondeu que sob o seu ponto de vista, a participação da comunidade na escola é:

[...] razoavelmente participativa, [...] não 100% né, porque seria utopia mesmo, mas os pais trabalham, os pais participam, mas a comunidade envolvendo-se é mais

diretamente com a APMF, já a comunidade em geral, não é tão atuante não, [...] se a gente procurar, eles não dizem não, [...] mas elas virem assim até ao encontro da gente vê o que a gente precisa, não, então [...] eles se envolvem se a gente correr atrás, senão a comunidade não vem até a escola.

Diante de tais respostas, podemos considerar que na Escola A, há uma maior participação da comunidade no entorno da escola, já na Escola B, a participação mais atuante é dos pais, sendo que a comunidade em geral participa, quando chamada. Porém, há de considerar que muitas vezes essa iniciativa precisa realmente partir da escola, a qual por meio de seu trabalho tem que despertar o interesse e a conscientização desta comunidade, que precisa ver-se como membro desse processo.

Simultaneamente a este paradigma Paro (2007) nos explica que, não existe uma receita pronta que mostre os passos para uma relação de sucesso entre escola-comunidade, haja vista que, se existisse já teria sido colocada em prática. Esse trabalho é longo e vai apresentando seus resultados ao longo da caminhada, é um processo contínuo, e não algo que pode ser realizado de um dia para a noite. Daí a importância de haver uma visão pró-ativa da gestão, a fim de estabelecer metas e desenvolvê-las, dia pós dia, ano pós ano, até que a comunidade esteja realmente presente na escola.

Com o intuito de entender a visão da escola sobre a participação da comunidade, elaboramos uma questão que visou compreender, a que as duas escolas atribuem esta participação ou não da comunidade nos espaços escolares.

Para a coordenadora pedagógica da escola A, a participação existe, porque a escola faz com que as pessoas sintam-se bem no seu espaço, sintam-se acolhidas: “a escola trata muito bem os pais sabe, então os pais são queridos, são respeitados então eles vem, eles se sentem a vontade na escola” (COORDENADORA PEDAGÓGICA, ESCOLA A).

Já de acordo com a gestora, a participação se efetiva devido à abertura que a escola oferece à comunidade.

Eu acho que primeiramente a abertura, a abertura que a escola dá para isso né, porque sempre quando um pai procura a escola, a gente escuta, [...] eu sempre procuro escutar assim os dois lados, quando tem uma reclamação do professor, eu sempre escuto o lado dos pais, escuto o lado do professor [...] e também o que ajuda bastante é o tempo que eu já estou na escola né, eu já estou há 18 anos isso facilita então os pais tem aquela abertura [...] (GESTORA, ESCOLA A).

No que tange a resposta proferida pela gestora, nota-se que ela atribui a participação dos pais, ao conhecimento do seu trabalho, motivo que faz os mesmos sentir confiança e liberdade para se expressarem.

Este mesmo fator foi observado na resposta de uma professora dessa escola. Segundo ela há um maior envolvimento dos pais com a escola, devido o vínculo de confiança e amizade entre as pessoas: “eu acredito assim que é muito diálogo com os pais, as amigas, por a gente já estar a anos aqui na nossa comunidade trabalhando né”.

Também realizamos esta mesma questão, a uma mãe de aluno matriculado nesta escola,

segundo ela, a participação é realmente significativa por parte da comunidade. Isso acontece, sob o seu ponto de vista, por ter sido criada uma cultura no bairro, onde sempre houve participação expressiva, tanto por parte dos pais, depois por parte dos parentes dos alunos e consequentemente pela comunidade em geral. “o bairro também é muito interado com a escola no sentido que ela continue, porque além do filho, tem o sobrinho, tem outras pessoas da família, o priminho né, então tem várias pessoas envolvidas (MÃE, ESCOLA A).

Podemos relacionar à fala desta mãe uma ideia de Penin; Vieira, (2002, p. 35) os quais afirmam que “a escola representa a conquista de uma determinada comunidade, que lutou para garantir desde o espaço físico até as instalações físicas a fim de que seus filhos tivessem um lugar para aprender”.

Vale também ressaltar, que a escola deve atentar, não só ao fato de levar a comunidade para dentro de seus portões, mas, conforme nos pontua Paro (2007), verificar também em que condições essa participação vem ocorrendo, ou seja, a escola precisa ter uma estrutura pronta para receber esta comunidade, de modo que todos se sintam bem dentro dela. Estabelecendo uma relação de respeito mútuo entre todos os sujeitos, de compreensão da individualidade e potencialidade de cada um.

Na Escola B, fora nos relatado que a falta de participação da comunidade, está atrelada ao fato dos pais não terem tempo hábil para participar ativamente das ações realizadas pela instituição, por questões relacionadas ao trabalho. Observemos na fala da gestora:

[...] penso eu, que é por essa agitação do dia a dia né, os pais trabalham fora, então aqui a escola é centrada num bairro nobre, mas aqui só vêm os alunos de classe média e baixa [...] a maioria dos alunos é de outros bairros, então a comunidade só vem se eu chamar. (GESTORA B, ESCOLA B).

Também elaboramos esta questão à uma mãe de aluno desta escola, esta mostrou entender que a participação dos pais na escola, está mais relacionada ao fato de contribuir financeiramente com a instituição, por meio de promoções que a escola realiza, ou com ajuda em dinheiro mesmo.

[...] eu só tenho a dizer que é uma escola muito boa né, eles na medida do possível sempre estão ajudando as crianças né, e a gente quando tem uma condição melhor a gente da uma contribuição, ajuda né, a questão do xérox, alguma coisa né pra ajudar, porque hoje em dia tudo é difícil né, então uma ajudando o outro vai chegando né, que nem, na festa, na pastelada que ele fazem, então o pai ajuda, vai compra, vende né pra ajudar na escola então [...] é uma cosia assim que a gente tem que ajudar né, porque na nossa casa a gente precisa de uma ajuda né, na escola também (MÃE, ESCOLA B).

Diante de tal fato, observamos que muitas vezes a participação da comunidade se limita às questões financeiras. A comunidade não consegue dimensionar a grandeza de seus atos na participação da gestão da escola, na elaboração do projeto político pedagógico, por exemplo, o que é um fato intrinsecamente triste. Cabe então a escola, desenvolver ações que mudem esta visão, fazendo com que a comunidade, em especial os pais percebam que sua contribuição na

escola, vai muito além de colaborar financeiramente. Vale ainda ressaltar o cuidado que a escola precisa tomar, para não ver na ajuda dos pais, um meio de suprir uma carência deixada pelo Estado. Diante disso Paro (1999, p.3) nos menciona que “é mister ter bem claro, todavia, que uma tal iniciativa não pode cair no equívoco de delegar aos pais e à comunidade aquilo que compete ao Estado, por meio da escola, realizar”.

Claro que a ajuda financeira e o auxílio da comunidade nas promoções realizadas pela escola é importante, mas é preciso ter claro a função dos pais na escola, para que não se restrinja apenas à isso. A equipe gestora pode quem sabe até reverter o lucro das promoções, em benefício da própria comunidade, dos pais, como fora nos relatado que acontece na escola A. A equipe gestora juntamente com a APMF, utiliza uma parte do dinheiro arrecadado nas promoções, para levar palestrantes na reunião de pais.

[...] a gente está aplicando justamente nessa questão da parte de formação até, na reunião com pais trazendo às vezes alguma pessoa pra falar sobre um determinado assunto né [...] o foco é sempre a questão ensino aprendizagem embora a gente vai usar a festa como recurso né. (MÃE, ESCOLA A).

Temos um exemplo de conscientização por parte da escola, a qual busca desenvolver mecanismos que resultem em benefício de sua comunidade, pensando sempre no aluno como principal beneficiado, já que ele deve ser o maior objetivo de trabalho, mas para isso, é preciso envolver todos neste processo.

Neste sentido Silva (2006, p.24), considera que:

Agindo dessa forma, a comunidade poderá construir a escola de que necessita, ou seja, uma escola que vá ao encontro dos anseios e interesses da classe trabalhadora. Uma escola que contribua para a formação de um homem criativo, crítico e construtivo, um cidadão que seja protagonista de sua história.

Em síntese, acreditamos que o trabalho em parceria da escola com a comunidade, só vem acarretar benefícios à esta instituição, dando-lhe mais força e otimismo para lutar meio aos órgãos superiores, conquistando sua autonomia e sendo reconhecida como uma instituição democrática, que se compromete com o trabalho que desenvolve.

A IMPLANTAÇÃO E EFETIVAÇÃO DA APMF NAS ESCOLAS DE IRATI-PR.

Neste próximo tópico, temos como temática central, a APMF. Buscamos em nosso diálogo com os sujeitos pesquisados, observar como ocorre a implantação deste órgão, como ele se concretiza no dia a dia da instituição e quais as ações que o mesmo vem desenvolvendo.

Para tal entendimento perguntamos nas duas escolas como acontece a formação da APMF. Na escola A fora nos mencionado que este processo geralmente inicia em uma reunião de pais, onde é colocada a necessidade de uma nova eleição para a formação da nova equipe da APMF, assim como nos relata a coordenadora pedagógica.

Bom, geralmente, a gente faz uma reunião de pais e fala que talvez na próxima reunião tenha que ter a eleição, daí a gente propõe quem tem interesse em fazer parte assim da APM, explica todos os compromissos da pessoa que assume e explica também que é uma coisa que não é remunerada né [...] que tem que ter tempo disponível [...] então os pais que assim tem maior disponibilidade, que são mais, é, desenvolvidos assim, desinibidos né, estes sim aceitam, [...] a comunidade é unida, nunca tem duas chapas, então todo mundo vai pra aquela, todo mundo apoia aquela e sempre dá certo, sabe então daí é feito a eleição né, porque tem que ter eleição mesmo tendo chapa única, eles fazem a eleição, daí tem a reunião de posse também. (COORDENADORA PEDAGÓGICA, ESCOLA A).

Fora feito esta mesma pergunta à uma mãe, integrante da APMF desta escola, a mesma também nos respondeu que a escolha da APMF, geralmente é feita em reuniões:

Geralmente, é reunião geral né, com os pais [...], os pais se manifestam, daí tem votação por chapas daí né, teve anos até que teve duas chapas, agora por último teve uma chapa só, então, mas os outros pais geralmente engajam, ficam engajados já, tipo vice e suplente e vão vindo trabalhando. (MÃE, ESCOLA A).

Buscamos também entender como ocorre a formação deste órgão colegiado na Escola B, a primeira interrogada foi a gestora “no início do ano, entre fevereiro e março, eu convoco uma assembléia geral, uma reunião [...] mando um bilhete [...] convidando os pais para uma importante reunião onde eles vão conhecer os assuntos gerais da escola entre eles, a APMF”. (GESTORA, ESCOLA B).

Também realizamos este questionamento a uma professora dessa escola:

[...] quando tem que formar uma nova APM então é convocado toda a comunidade, são convocados todos os pais, aí ela (gestora)coloca é o que cada pessoa vai ter que fazer na APM, a importância da APM [...] daí nessa reunião geralmente é feito por votação né, [...] e ai acontece geralmente um pai acaba jogando pro outro porque eles querem, eles querem participar, mas eles têm medo, do nome, de colocar o nome ali no cargo né, aí geralmente um não quer indica outro e vai aquelas indicações, até que acham ali os que mais são sugeridos e ai vai pra votação e é votado o eleito (PROFESSORA, ESCOLA B).

Notamos nas respostas, que as duas escolas adotam os mesmos procedimentos para a implantação da APMF, a qual se efetiva por meio de reuniões, com participação de todos os envolvidos na comunidade escolar, principalmente os pais. Após ouvirem o que é a APMF, as funções dos membros desta Associação, alguns manifestam interesse em participar e outros, são indicados pela equipe gestora, então, mesmo com chapa única é realizada uma votação e efetivada a nova diretoria da APMF da escola.

Sobre a questão da indicação de alguns membros, entendemos que isso acontece devido a resistência à participação, que acarreta na atitude de indicação por parte da equipe. Tal fato contribui, para o descompromisso dos membros, que acabam participando muitas vezes por obrigação. Para que isso não aconteça, faz-se necessário que a equipe gestora, no uso de suas atribuições, desperte nesses sujeitos a importância deste órgão para a soma de esforços e pela

luta de uma escola com uma educação de mais qualidade. Segundo Klenik; Matheussi; Ens (2006, p.2987):

[...] é preciso conscientizar a comunidade de que ela é co-responsável pelo processo educacional e que cabe a ela preocupar-se em participar da escola a fim de assegurar uma educação gratuita e de qualidade para sua própria comunidade. É sua responsabilidade, também, fiscalizar a educação, mas em primeiro lugar é fundamental participar do processo de ação coletiva no interior das escolas.

Na segunda questão, buscamos perceber quais as principais atividades desenvolvidas pelos membros da APMF e como os pais reagem ao fato de precisarem colaborar nas ações da escola.

Na escola A, a coordenadora pedagógica nos respondera que:

[...] eles vem quando são solicitados e a APM envolve-se muito na tradicional festa da escola que é a festa junina, [...] tem pais que vão de madrugada na festa pra começar a fazer os preparativos e vão no sábado ficam o domingo o dia todo até a noite trabalhando [...] final de ano também que [...] a gente faz apresentação com alunos né, apresentação de natal os pais também colaboram (COORDENADORA PEDAGÓGICA, ESCOLA A).

Já na escola B, a gestora nos respondeu que a APMF, participa basicamente em tudo aquilo que rege a escola, visto que a diretoria sempre é chamada à escola, quando há uma necessidade. Vejamos.

[...] a gente sempre fala com os pais que no decorrer do ano letivo a gente vai convocar principalmente essa diretoria [...] pra definir as ações que serão feitas [...] ai eu mando bilhetinho, [...] convocando eles pra uma importante reunião [...] e nessa reunião a gente discute as ações, o que poderíamos fazer para arrecadar dinheiro, porque nem sempre a gente tem o apoio da prefeitura, falta material pedagógico, falta material de expediente [...] depois de decidido, o que fazer, aonde e como aí sim, quando ta tudo decidido é registrado em ata [...] este ano fizemos a festa junina [...] no início mês de março fizemos a pastelada (GESTORA, ESCOLA A).

Vale ressaltar a resposta fornecida pela professora da Escola B, a qual se mostrou bem consciente da função da APMF na escola.

Uma coisa que a APM acaba fazendo mesmo que não seja né, não seja só para isso [...] é a questão de arrecadar recursos né, em promover eventos, pastelada, festas, embora não seja esse o maior objetivo da APM, acaba, porque a escola precisa de recursos, eles acabam se envolvendo mais nestas questões, e ai outras questões assim que [...] teria que fazer mais com os pais acaba ficando um pouco de lado (PROFESSORA, ESCOLA B).

Elaboramos essa mesma questão à uma mãe integrante da APMF:

[...] geralmente a diretora ela convoca, faz uma reunião conosco conta como que ta, o que eles pretende fazer, pede opinião pros pais o que que acham, como que fica melhor assim, como que nós vamos fazer juntos, então sempre eles tão chamando nós pra é pra dar a nossa opinião (MÃE, ESCOLA B).

Diante de tais respostas, podemos conceber a participação da APMF, basicamente no que corresponde à promoções e arrecadações de verbas para a manutenção da escola, durante o ano letivo. Nesse sentido, reformulamos a questão para entender se há também uma participação deste órgão nas relações direcionadas à gestão e a elaboração e efetivação do projeto político pedagógico (PPP).

Na escola A, fora nos respondido que quanto à participação no PPP, “a gente fez um questionário e mandou para os pais, então eles [...] responderam as perguntas e a gente foi selecionando ali o que eles colocaram sabe”.

Segundo uma professora da escola e integrante da APMF, todos os membros se envolvem na parte pedagógica,

[...] eles colocam suas opiniões pra parte pedagógica, sobre o andamento da escola né [...] que nem agora teve implantação da nova proposta então eles gostam de ficar a par de tudo o que ta acontecendo né, então é muito interessante isso e, tem que ser assim né, porque daí eu acho que anda melhor daí, é um caminho mais bem trilhado quando todos se envolvem participam, ficam a par de como que é as coisas realmente né (PROFESSORA, ESCOLA A).

Sobre esse mesmo aspecto, na Escola B, a gestora nos respondeu “a gente apresenta o projeto [...] em linhas gerais eu comento com os pais sabe, eu nunca assim envolvi eles, [...] é errado, mas a gente nunca envolveu um pai na construção do projeto político” (GESTORA, ESCOLA B).

Tais respostas vêm reafirmar que os órgãos colegiados ainda não exercem o poder que a eles cabe dentro da instituição escolar. Suas ações na maioria das vezes, voltam-se para realização de eventos a fim de angariar lucros para a escola, lucros esses revertidos na compra de materiais, que seria função dos órgãos públicos fornecer. Isso é um fato lamentável, pois reafirma que o Estado impulsiona a participação da comunidade na escola, apenas como uma forma de diminuir um trabalho que seria de sua responsabilidade. Silva (2006, p.23) pontua que: “o Estado tem como interesse a diminuição de investimentos, principalmente os de ordem financeira, nas escolas. Vemos, reiteradamente, um grande incentivo para que os cidadãos participem da gestão escolar através de trabalhos voluntários”. Diante disso, voltamos a destacar a necessidade da gestão escolar, cumprir seu papel e desencadear nos membros desses órgãos a sua verdadeira função, permitindo-os a lutar em prol de uma escola pública com mais qualidade, onde os alunos tenham condições de se desenvolverem dentro de um espaço físico e pedagógico de ótima qualidade.

Somente assim, a escola poderá dizer que possui órgãos colegiados atuantes, pois o que percebemos nesta pesquisa é que a participação da comunidade na escola existe, mas ainda há muito que se fazer para que ela atue na escola de acordo com os princípios da gestão democrática e dos órgãos colegiados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Por meio desta investigação foi possível entender como vem ocorrendo a participação da comunidade externa na escola, e quais ações que a mesma vem desencadeando nas instituições.

Na escola A, por meio dos relatos, percebemos uma maior participação e interesse por parte da comunidade na escola. Notamos também que a comunidade e os integrantes da APMF, têm mais consciência do trabalho que cabe a eles desenvolver, mas que mesmo assim acabam desenvolvendo ações mais voltadas à atividades executivas do que ao envolvimento direto com a gestão e com o ensino.

Já na Escola B, a comunidade mostrou-se um pouco menos participativa, sem entender a função da comunidade e dos órgãos colegiados, o que acaba restringindo-se mais à participações em eventos e promoções realizadas na escola.

No entanto, vale ressaltar que muitas vezes a própria escola acaba seguindo uma ideologia passada pelo sistema, o qual por meio de sua persuasão aponta a participação da comunidade como forma de trabalho voluntário na escola, não deixando esta se envolver nas questões pedagógicas. Isso ocorre porque o Estado tem consciência que se os órgãos colegiados utilizarem as forças que tem, e somarem-se a escola, lutando em prol de melhores condições para tal, ficará muito mais difícil a ele se omitir diante de suas obrigações.

Também precisamos levar em consideração a realidade de ambas as escolas, a escola A está localizada num bairro que há muito tempo vem participando ativamente da escola, já a escola B é uma instituição nova e atende alunos na maioria das vezes de outros bairros, o que contribui para o fato da comunidade não se comprometer muito com a instituição.

Para tanto, reconhecemos as iniciativas das duas escolas em tentar chamar a comunidade para seus espaços, e sabemos que não é tarefa fácil, precisa garra e determinação para ser concretizada. Esperamos que ambas consigam atingir seus objetivos e agreguem a comunidade em suas ações, pois assim, a gestão democrática se consolidará e os alunos terão melhores condições de desenvolvimento, inseridos num lugar que prima pela democracia, pela autonomia e pela liberdade, princípios estes que todos os cidadãos precisam ter embutidos em seu ser.

REFERÊNCIAS.

- ANDRÉ, Marli. O cotidiano escolar, um campo de estudo. In. PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. (orgs) **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo, Loyola, 2003.
- AMDRIOLLO, Desirê Bonesso. Desafios e Conquistas na construção da gestão compartilhada. In: **Gestão em Rede**. Curitiba: CONSED, 2008.
- BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CARVALHO, Marlene Araújo de. A escola e a produção de saberes. In; RIBAS, Marina Holzmann. **Formação de professores: escolas, práticas e saberes**. Ponta Grossa, UEPG,

2005.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

KLENK, Henrique; MATHEUSSI, Elisa Machado; ENS, Romilda Teodora. **A APMF como princípio de gestão democrática e de interação entre família/escola**. Curitiba: PUC, 2006. Retirado do site: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-267-TC.pdf> em 25/11/2010.

LÜCK, Heloísa. Gestão Educacional: Estratégia para a ação global e coletiva no ensino. In. FINGER, Almeri Paulo; PINTO, Eder Paschoal; LÜCK, Heloisa. (et al) **Educação**: Caminhos e Perspectivas. Curitiba: Champanhagnat, 1996.

LUDKE, Marli; Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. EPU: São Paulo, 1986.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. São Paulo, Ática, 2000.

NUNES, E.K. As relações de poder e saber no eixo das relações cotidianas do administrador escolar de escola básica. **Revista de Administração Educacional**, Recife, v.1, n.5, p.1-98, jan./jun. 2000.

PARANÁ, Secretaria de Educação. Portal Educacional do Paraná: Curitiba, 2003. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br acesso em 28/11/2010.

PARANÁ, Secretaria de Educação. Portal Educacional do Paraná. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br acesso em 28/11/2010.

PENIN, Sonia T. Sousa; VIEIRA, Sofia Lertche. Refletindo sobre a função social da escola. IN. Vieira, S.L. (org). **Gestão da escola**: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar e Qualidade do Ensino**: O que os pais tem a ver com isso? Rio de Janeiro: DP&A, 1999. Disponível em: www.pedagogia.seed.pr.gov.br aceso em 30/11/2010.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar**, Democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2007.

ROCHA, Manoel José Fonseca. A associação de pais e professores e a gestão democrática na escola pública. **Unirevista**: Blumenau, v.1, n.2, abril 2006. Disponível em <http://www.unirevista.unisinos.br> acesso em 28/11/2010.

SILVA, Nilson Robson Guedes. **A participação da comunidade na gestão escolar**: dádiva ou conquista? Artigo retirado do site em 25/11/2010. <http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/article/viewFile/195/192>

SOUZA, José Vieira de; CORRÊA, Juliane. Projeto Pedagógico: a autonomia construída no cotidiano da escola. In. VIEIRA, Sofia Lerche (org). **Gestão da Escola**: Desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SCHNECKENBERG, Marisa. Democratização da gestão e atuação do diretor de escola municipal. In: Associação Nacional de Política e Administração da Educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** (RBP AE). Porto Alegre: Editora Maria Beatriz Luce, 2009.